



O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Ipanema, AL no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 828/2011.

RESOLUÇÃO N. 002, DE 29 DE NOVEMBRO 2022

“Dispõe sobre a aprovação do Protocolo Único e Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na Modalidade Escuta Especializada e Depoimento Especial. “

CONSIDERANDO que a declaração universal dos direitos da criança, proclamada pela Resolução da Assembleia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1959, que estabelece como base fundamental os direitos a liberdade, estudos, brincas e convívio social das crianças que devem ser respeitadas e preconizadas em dez princípios: I) À igualdade, sem destinação de raça, religião ou nacionalidade; II) Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; III) Direito a um nome e a uma nacionalidade; IV) Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; V) Direito à educação e aos cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; VI) Direito à amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade; VII) Direito à educação gratuita e ao lazer infantil; VIII) Direito a ser socorrido em primeiro lugar em caso de catástrofe; IX) Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração do trabalho; X) Direito a crescer de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

CONSIDERANDO que a Constituição federal instituiu, em seu Art. 227, que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, e ao adolescente e ao jovem, com absoluta propriedade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão. ”

CONSIDERANDO as Leis regulamentadoras da Constituição Federal, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina, em seu Art. 4º, que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder



público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte e ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária. ”

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 828/2011 trata dos direitos da criança e do adolescente que é atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cuidar e proteger.

Resolve:


Art. 1º - Fica aprovado Protocolo Único e Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na Modalidade Escuta Especializada e Depoimento Especial. Por esse Conselho.

Art. 2º - O CMDCA, em articulação com os órgãos governamentais, poder Judiciário, sociedade civil e a articulação do Selo UNICEF elaborou entregou o protocolo na reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 23 de novembro de 2022. Art. 4º - Fica criada a comissão Temporária de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal Pela primeira Infância;

Art. 3º - O CMDCA recomenda que o Jurídico deste Município Santana do Ipanema encaminhe este documento a Chefe do Poder Executivo Municipal para que seja feito em forma de decreto as medidas do Protocolo Único e Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na Modalidade Escuta Especializada e Depoimento Especial.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Ipanema/AL, 29 de Novembro de 2022


ÉVIO DE CARVALHO ALVES
Presidente do CMDCA-Santana do Ipanema/AL